

Reforma será votada em novembro

Relator da proposta que cria Imposto de Valor Agregado, entre outras mudanças, vai apresentar texto ao Senado no próximo dia 24

DE BRASÍLIA

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma tributária, decidiu que apresentará o parecer da proposta no próximo dia 24. A decisão representa um novo adiamento, já que a entrega estava prevista para a semana dos dias 16 a 20 de outubro.

Pelo novo cronograma fechado por Braga junto dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), haverá um prazo de vista de uma semana após a leitura do relatório na CCJ.

Como a semana seguinte (de 30 de outubro a 3 de novembro) tem o feriado de Finados, a votação foi marcada para os dias 7, 8 ou 9 de novembro.

A ideia, por esse novo entendimento, é tentar votar o texto na CCJ e plenário no mesmo dia. Dada a complexidade do assunto, é provável que isso não aconteça e



Novos prazos de Braga significam mais um adiamento: em caso de mudanças, reforma voltará à Câmara

que a votação seja dividida. Braga indicou também que pode aumentar o valor do Fundo de Desenvolvimento Regional no relatório da reforma tributária. O

relator disse ser favorável a um aumento do FDR, mas ressaltou que aguarda uma posição do Governo Federal sobre o assunto.

“O sentimento que eu co-

lhi conversando com todos os governadores é que o fundo tenha um montante maior que os R\$ 40 bilhões. Os governadores do Sul falam em R\$ 80

CONSELHO FEDERATIVO

Eduardo Braga disse ainda que vai alterar as atribuições do Conselho Federativo e restringi-lo a um órgão gestor e técnico, nos moldes do Comitê Gestor do Simples Nacional. Segundo ele, o órgão deve deixar de se chamar Conselho Federativo e passar a se chamar comitê, já que não terá mais atribuições legislativas ou de decisão. “Se é um comitê gestor, que decisão vai tomar? É um órgão técnico. A distribuição será por comando, uma regra de algoritmo que será estabelecida na emenda constitucional”

bilhões, os do Nordeste e do Norte falam em R\$ 75 bilhões. O Comsefaz fala em R\$ 75 bilhões. Há um consenso de que seja um número como esse. No entanto, não tive uma sinalização do Governo Federal em torno disso”, afirmou o senador.

Braga afirmou que o FDR servirá para reduzir as desigualdades regionais e, por isso, tem de ser “robusto”. “O Fundo de Desenvolvimento Regional passará a ser o grande mecanismo de desenvolvimento econômico das regiões e, ao mesmo tempo, a grande política de redução das desigualdades regionais e econômi-

cas no País. Então é claro que precisa ser robusto”.

“Estamos falando em um fundo para os próximos 50 anos. Eu defendo um aumento no fundo. Agora, o patamar não está definido porque depende de um entendimento com o governo federal, com o Fernando Haddad”.

Em entrevista coletiva à imprensa após uma reunião com governadores, Braga não explicou se mudará os critérios de distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional. Limitou-se a dizer que “não é possível tratar desiguais de forma igual”. (Estadão Conteúdo)